

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

#### **8.1.1 - Identificação**

Município de Celorico da Beira  
Rua Sacadura Cabral  
6360-350 Celorico da Beira  
N.º de Identificação Fiscal – 506 849 635

#### **8.1.2 - Legislação**

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro dos municípios (Lei das Finanças Locais).

O n.º 1 do artigo 6º do mesmo diploma determina que o Município de Celorico da Beira tem património próprio, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. O n.º 2 do artigo 6º do referido diploma determina os poderes dos órgãos do Município.

Os n.º 1 e 2 do artigo 3º do mesmo diploma estabelecem ainda que o Município de Celorico da Beira está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende promover a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 19,5% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma

participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O Endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

De acordo com o disposto no art. 52º da Lei das Finanças Locais atualmente em vigor, a dívida total dos Municípios não pode ultrapassar a 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante em excesso. Caso cumpram o limite, este só pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reportam à Assembleia Municipal.

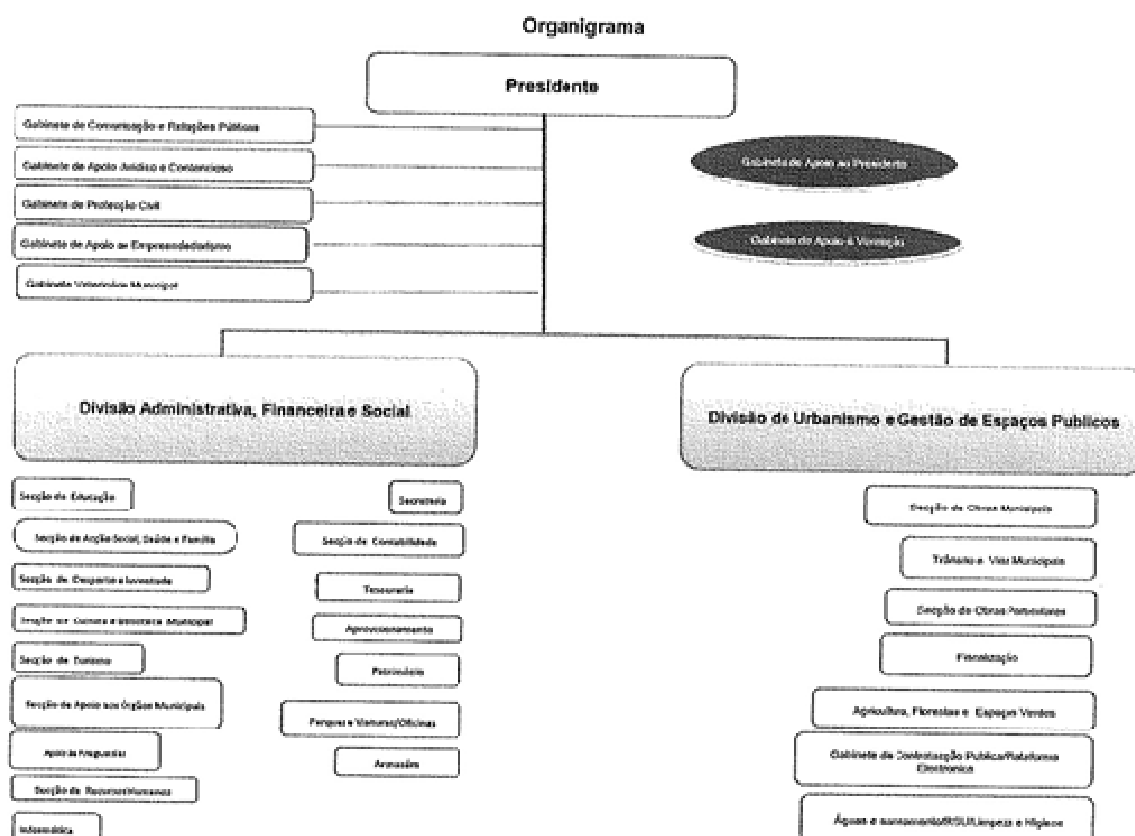
### **8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva**

O aviso n.º 9 (2ª série) de 14 de Janeiro 2013, vem regulamentar a estrutura e organização dos serviços municipais. De acordo com o capítulo I, o regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços do Município de Celorico da Beira,

bem como os princípios que os regem e respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objetivo principal da sua atividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A estrutura orgânica dos serviços municipais, competências e atribuições genéricas fazem parte integrante do aviso atrás mencionado, sendo que a estrutura orgânica dos serviços municipais se divide em Divisões, Secções e Serviços, que podem observar-se no organograma do Município de Celorico da Beira e cujas atribuições, objetivos e competências estão previstas na parte relativa à "Estrutura Orgânica" do Município de Celorico da Beira constante do aviso referido.



Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade do Município.

#### **8.1.4 - Descrição sumária das atividades**

O objetivo estratégico do Município de Celorico da Beira passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

#### **8.1.5 - Recursos humanos**

Os responsáveis pela gerência em análise são:

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Período de Responsabilidade</b>
José Francisco Gomes Monteiro	Presidente	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015
José Luís Saúde Cabral	Vice-Presidente	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015
Maria do Céu Neves Martins Louro	Vereadora	11 de Outubro a 31 de Dezembro de 2015
Victor Martins Santos	Vereador	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015
Manuel António de Almeida Portugal	Vereador	11 de Outubro a 31 de Dezembro de 2015

#### **8.1.6 - Organização Contabilística**

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, descritos na Norma de Controlo Interno.

A informação contabilística é disponibilizada mensalmente; diariamente é confrontado o resumo diário de tesouraria e os registos contabilísticos validando a sua conformidade.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Celorico da Beira relacionados com a contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), Sistema de Gestão de Água (SGA), Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC), Obras por Administração Direta (OAD), Sistema de Gestão de Stocks (GES), Controlo de Obras Públicas (COP) e Sistemas de Taxas e Licenças (TAX) da Associação Informática de Região Centro.

#### **8.1.7 - Outra informação relevante**

O Município de Celorico da Beira submeteu, conforme disposto no n.º1 do art.77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as contas do exercício de 2015 a análise de um auditor externo.

Com a publicação da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), houve várias alterações no modo de funcionamento do Município, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos de aquisição de bens e serviços, bem como na regularização de pagamentos em atraso.

No seguimento da situação de desequilíbrio financeiro estrutural, a Assembleia Municipal declarou essa mesma situação nos termos da Lei das Finanças Locais em 2012, tendo sido apresentada simultaneamente uma candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

O Município apresentou entretanto uma candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL, que se encontravam a aguardar visto do Tribunal de Contas deverão ser anulados e substituídos com esta candidatura ao FAM, após as devidas deliberações

por parte do Executivo e da Assembleia Municipal. A adesão ao FAM foi aprovada pela respetiva Comissão Executiva a 01-09-2015, sendo que à presente data foi comunicado pela Comissão Executiva do FAM que o mesmo terá de ser reestruturado, dado existir a possibilidade do financiamento ser superior ao estipulado anteriormente.

De acordo com as contas apresentadas pela empresa municipal participada a 100% pelo Município “EMCEL – Empresa Municipal Celoricense, Gestão de Espaços Culturais e Social E.M.”, o resultado antes de impostos em 2015 é de -393 661,84€, pelo que de acordo com o art. 40.º, deverá o Município em 2016 realizar uma transferência para cobertura de prejuízos, com vista o equilíbrio das contas em empresa em causa, devendo-se também ter em consideração a deliberação da Assembleia Municipal em 28-12-2015 que visa a internalização da mesma em 2016, nos termos do art. 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

## **8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.**

Não Aplicável.

**8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

A conta 2773 em 2014 tinha contabilizado um montante de 1.588.603,33€ de juros estimados ainda não debitados ao Município, relativos a financiamentos em moratória junto da

CGD. Em 2015 foram contabilizados parte desses juros resultantes de negociações com a entidade bancária, tendo sido feito um acerto na conta 2733, sendo que o valor remanescente da diferença, foi transferido para a conta 29 para ficar contabilizado sob a forma de provisão.

## **BALANÇO**

### **Ativo**

A rubrica “271 – Acréscimos de proveitos” regista o valor das receitas a cobrar no exercício seguinte, relativas ao exercício de 2015. Encontram-se especializadas as receitas relativas a água, parque eólico e impostos.

A rubrica “4112 – Investimentos financeiros – Empresas Municipais” foi movimentada tendo em conta o acerto do valor da participação financeira do Município na EMCEL, de acordo com o método da equivalência patrimonial.

A rubrica “4122 – Investimentos Financeiros – Fundo de Apoio Municipal”, contém um saldo relativo à participação do Município no Fundo de Apoio Municipal no valor global de 452.198,52€.

### **Passivo**

O Balanço distingue os valores das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo de todas as rubricas e não apenas dos empréstimos de médio e longo prazo, sempre que seja necessário.

Nas dívidas a terceiros de curto prazo, a rubrica “2311 – Empréstimos de curto prazo” regista o valor do empréstimo de curto prazo.

A conta “23129 – Empréstimos M/L – Dívida Curto Prazo” reflete os empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano de 2015.

A conta “268126 – Devedores e Credores Diversos – Fundo de Apoio Municipal”, foi movimentada nos saldos iniciais pelo valor da participação do Município no Fundo de Apoio Municipal, no valor global de 452.198,52€, conforme o comunicado pela DGAL, e de acordo com a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, estando o valor separado pela parte a contribuir no curto prazo, da de médio e longo prazo, sendo que a dívida a 31-12-2015 era de 387.598,52€.

A rubrica “273 – Acréscimos de custos” regista o valor da estimativa das Férias, Subsídio de Férias e respetivos Encargos Sociais do exercício de 2015 a pagar no ano seguinte.

### **Fundos Próprios**

A rubrica “55 – Ajustamento de partes de capital em empresas” foi movimentada pelos ajustes resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, estando aqui contabilizados os ajustamentos de transição, bem como o acerto derivado da cobertura de prejuízos da EMCEL realizado em 2015.

A rubrica “59 – Resultados Transitados” foi movimentada pela aplicação do resultado líquido do exercício do ano anterior, bem como um acerto relativo a exercícios anteriores.



## **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **CUSTOS E PERDAS**

Na conta “67 – Provisões do exercício” está refletido um reforço de provisões relativo a processos judiciais em curso que poderão resultar em encargos adicionais para o Município.

### **PROVEITOS E GANHOS**

Na conta 75 – “Trabalhos para a própria entidade” encontra-se o montante apurado das obras por administração direta da Câmara Municipal.

### **8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos**

#### **Imobilizações**

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2015. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição.

#### **Investimentos Financeiros**

A participação do Município na EMCEL está contabilizada de acordo o método da equivalência patrimonial.

#### **Imobilizações corpóreas**

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

### **Imobilizações em Curso**

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

### **Bens de domínio público**

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

### **Amortizações**

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

### **Acréscimos e Diferimentos**

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### **Dívidas de terceiros e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias.

## **Existências**

As existências são valorizadas pelo critério do custo médio ponderado.

### **8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira**

Nada a referir.

### **8.2.5 - Resultado Líquido**

Em conformidade com as disposições estabelecidas no POCAL – 2.7.3 – Resultado Líquido do Exercício – concretamente no que se refere ao ponto 2.7.3.2 – O Resultado Líquido do Exercício deverá em 2015 ser transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

### **8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.**

A conta “431 – Despesas de Instalação” regista valores relativos a projetos para a realização de obras.

### **8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações**

#### **Imobilizado Bruto**

(Ver mapa em anexo)

## **Amortizações**

(Ver mapa anexo)

### **8.2.8 - Cadastro do Imobilizado**

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respetivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Sector de Património da autarquia a informação referente a este ponto.

### **8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Não Aplicável.

### **8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.**

Não Aplicável.

### **8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.**

Não Aplicável.

**8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:**

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Não Aplicável.

**Imobilizações implantadas em propriedade alheia.**

Não Aplicável.

**Imobilizações reversíveis.**

Não Aplicável.

**8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.**

Nº Invent.	Descrição	Conta POCAL	V. Aquisição / V. Bruto	Amortizações Acumuladas	V. Líquido do Exercício
15926	Minibus Mercedes Benz – 21-IG-59	424	73.490€	53.031,30€	20.458,70 €

**8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

A relação dos eventuais bens do imobilizado que não foi possível valorizar dada a, encontra-se disponível na Secção de Património da autarquia. A não valorização prende-se com

a necessidade de se criar uma comissão de avaliação para avaliar esses mesmos bens que ainda não foi constituída.

#### **8.2.15 - Bens de domínio público que não são objeto de amortização**

De acordo com o previsto no POCAL e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

#### **8.2.16 - Designação das entidades participadas**

<b>Designação</b>	<b>Sede</b>	<b>Participação</b>	<b>Capitais Próprios</b>	<b>Resultado Líquido</b>	<b>Ano</b>
Empresa Municipal Celoricense, EM	Celorico da Beira	100%	1 468 568,65 €	-393 661,84€	2015

#### **8.2.17 - "Títulos negociáveis"**

O Município de Celorico da Beira não dispõe de investimentos em títulos negociáveis

#### **8.2.18 - "Outras aplicações financeiras"**

Não Aplicável.

**8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não Aplicável.

**8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2015 ascende 32.737,80 €, relativa a Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.

**8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.**

Existem valores relativos a férias e subsídios de férias devidos a 31-12-2015 que só serão pagos em 2016, estando os devidos valores contabilizados na conta 2732.

**8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.**

Não Aplicável.

**8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"**

Existe uma dívida à ADSE no montante de 702.301,51 €, tendo sido acordado entretanto um plano de pagamento em 2015.

**8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas**

(Ver mapa das contas de ordem anexo)

**8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:**

Contas		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	26.298,09	1.552,42		27.850,51
292	Provisões para Riscos e Encargos	293.478,85	1.581.845,09	289.723,51	1.583.600,43
39	Provisões para Depreciação de Existências	-	-	-	-
49	Provisões para Investimentos Financeiros	-	-	-	-



Foram efetuados ajustes nas provisões para riscos e encargos tendo em conta o montante dos processos judiciais em curso que não estavam relevados contabilisticamente, bem como se fez um acerto nas provisões para cobranças duvidosas. Foram também efetuadas provisões para eventuais riscos encargos com juros moratórios a suportar pelo Município relativos a atrasos de pagamento em financiamentos obtidos.

**8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património	16.306.961,20			16.306.961,20
Ajustamento de partes de capital em empresas	-1.698.138,48	1.807.932,43	1.698.138,48	-1.588.344,53
Reservas Legais	5.645,16			5.645,16
Subsídios	494.407,11			494.407,11
Resultados Transitados	-2.685.446,95	1.603.791,50		-1.081.655,45
Total	12.423.428,04	3.411.723,93	1.698.138,48	14.137.013,49

Na conta “59 – Resultados Transitados” houve uma redução do valor negativo, relativa à transferência dos resultados do exercício anterior. A conta “55 – Ajustamento de partes de capital em empresas” foi movimentada pelos ajustes resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, estando aqui contabilizadas o acerto relativo à cobertura de prejuízos da EMCEL, bem como se procedeu à transferência do saldo da conta 5541 para a 551, para uma correta contabilização dos lançamentos iniciais da aplicação do método da equivalência patrimonial.

**8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

(Ver mapa anexo)

**8.2.30 - Demonstração da variação da produção**

Não aplicável.

**8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros**

(Ver mapa anexo)

**8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários**

(Ver mapa anexo)

.